

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Eletrobras quer ao menos R\$ 3,1 bi por empresas.....	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: De supetão, produção da Petrobras crescerá quase 50%	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Eletrobrás reabre programa de demissão incentivada.....	5
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	6
Título: Gasolina sobe de novo e chega a custar R\$ 4,80	6
Título: Suspeitos de fraude presos.....	7
VEÍCULO: Valor Econômico.....	7
Título: Marina descarta venda da Petrobras, BB e CEF.....	7
Título: Coordenador de programa tucano defende teto de gastos e critica desoneração do diesel	8
Título: Destaque	10
Título: Elétricas preparam ida à bolsa após eleições	10
Título: Eletrobras mantém leilão de distribuidoras	13
Título: Estatal muda indicação de diretor	15
Título: Anglo conclui inspeção do Minas-Rio	16
Título: Precatórios do IAA transformam-se em receitas reais para usinas do país	17
Título: Renegociação de Santo Antônio com BNDES beneficia detentor de debênture	19

VEÍCULO: O Globo**Data: 16/08/2018****Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: Eletrobras quer ao menos R\$ 3,1 bi por empresas**

Estatual divulgou avaliação para o preço mínimo de 71 participações acionárias em projetos de transmissão e geração que pretende vender em setembro. Companhia espera adesão de até 3 mil a programa de demissão

Um dia depois de anunciar um lucro de R\$ 2,8 bilhões no segundo trimestre, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, disse ontem que a estatal espera arrecadar pelo menos R\$ 3,1 bilhões com a venda de ativos para reforçar o caixa. O valor é o da avaliação feita pela Eletrobras para estabelecer um preço mínimo para as participações minoritárias em 71 empresas, que serão vendidas no dia 27 de setembro. O executivo também diz contar com a venda de distribuidoras de energia deficitárias do Norte e do Nordeste, mas o leilão marcado para o próximo dia 30 enfrenta dificuldades, como a não aprovação no Senado, até agora, do projeto de lei que destrava a operação.

Entre as 71 participações que a estatal pretende vender estão 59 de empresas de geração em parques eólicos, com capacidade total de 1.605 megawatts, e 12 de empreendimentos de transmissão, que somam 2.910 quilômetros de linhas. A venda será feita em oito lotes de geração e dez lotes de transmissão.

Ferreira afirmou ontem que a Eletrobras pretende privatizar pelo menos quatro distribuidoras deficitárias do Norte e Nordeste no próximo dia 30: as de Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. Segundo ele, o leilão será realizado mesmo sem que tenha sido ainda aprovado no Congresso o projeto de lei que dá aval à venda de ativos de estatais. O executivo disse ainda esperar que a liminar que impede a venda da distribuidora de Alagoas seja derrubada a tempo de incluir também esse ativo no leilão. Nesse caso, seriam cinco as distribuidoras vendidas no certame.

— Temos até novembro para a aprovação do projeto de lei para fazer a transferência dessas empresas para o novo dono. Ou seja, 90 dias após o leilão. Eu acredito (na aprovação) e sinto que é um compromisso de governo. Já foi aprovado na Câmara, só falta no Senado — observou Ferreira.

PRIVATIZAÇÃO SÓ EM 2019

A Eletrobras já assumiu dívidas de R\$ 11,2 bilhões dessas distribuidoras. Se elas não forem vendidas até 30 de dezembro, serão liquidadas. A aprovação no Congresso do projeto de lei é fundamental para que a Eletrobras possa ainda abater outro passivo de R\$ 8,5 bilhões, principalmente com a compra de combustível da Petrobras por essas empresas, recebendo um crédito no mesmo valor. Ferreira admitiu que a privatização da Eletrobras não tem mais chances este ano:

— O projeto ficou para ser debatido após as eleições, pelo novo governo.

Em outra frente para melhorar a saúde financeira da estatal, Ferreira disse que a companhia pretende abrir em breve um novo programa de incentivo à demissão, com os mesmos benefícios da primeira edição, que ainda está em curso. A meta era a saída de 2.600 pessoas, mas somente 736 aderiram até agora. O executivo ainda espera que o programa alcance entre 2.500 e 3 mil demissões voluntárias até o fim do ano.

MENOS SUBSÍDIOS

Ontem, em Brasília, **o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, defendeu a redução dos subsídios embutidos na conta de luz como forma de baixar as tarifas pagas pelos consumidores. Esses encargos consomem cerca de 15% das tarifas para bancar programas sociais e ações do governo no setor elétrico, como o incentivo a fontes renováveis:

— Temos que encontrar outro modelo, em que as pessoas entendam a conta. Não dá para termos um volume alto de subsídios que sequer passa pelo orçamento. As pessoas não podem pagar pelo que não consomem, e sem saber disso.

OPINIÃO DO GLOBO

SOLUÇÃO

POR DIVERSOS motivos, muitos decorrentes da própria recessão de 2015/ 16 e da lenta recuperação em curso, concessionários de rodovias não cumprem os contratos, e, por isso, a agência reguladora do setor (ANTT) deve antecipar seus vencimentos.

É A melhor alternativa, se não houver acordo. Espera-se que, depois disso, logo sejam recolocadas em licitação. Tudo deve ser feito para evitar que as estradas voltem a depender de um Departamento Nacional de Infraestrutura (Dnit) sem dinheiro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 16/08/2018****Seção: Colunas****Autor: Maria Cristina Frias****Título: De supetão, produção da Petrobras crescerá quase 50%**

Mercado Aberto

A Petrobras deverá colocar seis plataformas para extrair petróleo do fundo do mar em funcionamento até o fim deste ano e mais duas em 2019.

A produção diária terá um aumento de 46% —hoje, são cerca de 2,6 milhões de barris por dia, e as oito plataformas deverão representar 1,2 milhão adicionais.

Um salto dessa dimensão não estava nos planos.

O pedido de recuperação judicial e as dificuldades financeiras de um fornecedor, a Ecovix, fizeram com que encomendas da Petrobras atrasassem, segundo Hugo Repsold Júnior, diretor da empresa.

"Tiramos os cascos do estaleiro de Rio Grande (RS), levamos para a China e conseguimos concluir lá, mas com dois anos de atraso. Já era para estarem produzindo faz tempo. Nunca tantas unidades foram acumuladas em um ano."

O segmento de produção de petróleo é prioritário nesse momento da empresa.

"Os investimentos novos estão praticamente só nos bons campos do pré-sal, que são bastante rentáveis. Nós temos muita dívida e precisamos de caixa, por isso os aportes precisam ser 100% corretos." A estatal não tem planos de se tornar unicamente uma produtora, mas os planos para outros segmentos é de encolhimento autônomo, segundo o executivo.

"Não queremos ter todas as refinarias do país. Estamos dispostos a vender e reduzir participações. Preferimos fazer isso nós mesmos, e não da forma que o Cade ou o Congresso determinarem."

As plataformas demoram seis meses para atingir a capacidade máxima de produção.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 16/08/2018****Seção: Economia****Autor: Denise Luna / RIO****Título: Eletrobrás reabre programa de demissão incentivada**

A Eletrobrás decidiu reabrir em outubro o programa de demissão incentivada para reduzir o quadro de funcionários. O programa anterior conseguiu a adesão de 736 empregados, diante de uma meta de 2,5 mil. Ainda assim, segundo o presidente da estatal, Wilson Ferreira Júnior, a economia anual da companhia com a redução do quadro já será de R\$ 231 milhões por ano. A Eletrobrás tem, hoje, 22,5 mil funcionários.

Para incentivar os desligamentos, a empresa oferece a soma de três salários de aviso prévio com a multa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço multiplicada por 1,5. Além disso, o empregado tem direito a manter o plano de saúde da estatal por mais cinco anos. Segundo Ferreira, a baixa adesão ao primeiro programa tem duas explicações: a possibilidade de uma reforma da Previdência que não se concretizou e o atraso na implantação de um sistema integrado de gestão empresarial que vai eliminar algumas funções na companhia.

“A implementação do sistema SAP (integração da gestão) está de três a seis meses atrasado, mas à medida que for sendo implantado, algumas atividades não serão mais necessárias e acho que a adesão cresce”, explicou Ferreira Júnior. Dentro da meta de cortar gastos, a empresa está mudando de endereço. Vai trocar o prédio que ocupa desde 1991 em uma das principais avenidas do centro do Rio por um prédio inteligente também no centro.

A nova sede pertence ao fundo de pensão da empresa, o Eletros. “Aqui pagamos R\$ 3 milhões de aluguel e lá vamos pagar R\$ 1 milhão. Vamos economizar R\$ 24 milhões por ano”, disse o executivo. Programas governamentais como Procel e Luz para Todos e a empresa de participações Eletropar continuarão no prédio antigo, nos dois andares de propriedade da Eletrobrás. Na noite de terça-feira, a empresa informou que teve um lucro de R\$ 2,8 bilhões no segundo trimestre do ano. A cifra é oito vezes maior que a registrada no mesmo período do ano passado.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 16/08/2018****Seção: Economia****Autor: Andressa Paulino****Título: Gasolina sobe de novo e chega a custar R\$ 4,80**

A Petrobras anunciou o quarto aumento consecutivo da gasolina esta semana. O combustível que ontem era vendido a R\$ 1,9420 nas refinarias passa a ser comercializado a R\$ 1,9711 a partir de hoje. A última elevação de 1,29% já começava a ser repassado pelos postos e a tendência é de que o consumidor pague ainda mais caro a partir de agora. Levantamento realizado pelo Correio em 30 estabelecimentos mostrou que 12 haviam subido os preços da gasolina ontem, variando de R\$ 4,17 a R\$ 4,80.

Segundo a estatal, a política de preços tem como base o valor de paridade de importação, formado pelas cotações internacionais do produto. “À medida que o dólar sobe, a gasolina também fica mais cara e isso acaba impactando o valor combustível nas bombas”, explicou o economista e professor de Mercado Financeiro da Universidade de Brasília (UnB) César Bergo. De acordo com ele, o preço internacional do petróleo e dificuldades na exportação também influenciam os aumentos constantes da Petrobras.

A variação do valor do combustível fez com que o bombeiro militar Airton Brito, 29 anos, mudasse de tática na hora de abastecer. “Eu nunca encho o tanque do meu carro por completo, porque, dessa forma, aproveito sempre os locais com promoções”, contou. No entanto, ele diz que fica apreensivo. “Nessa de abastecer em locais mais em conta, nunca sei a qualidade do produto que estou colocando no meu carro”, acrescentou.

O reajuste de 1,50% previsto para a gasolina hoje não afeta o diesel nas refinarias. O valor do produto segue inalterado desde 1º de julho, vendido a R\$ 2,0316.

*** Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira**

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 16/08/2018**Seção:** Economia**Autor:** Ingrid Soares**Título:** Suspeitos de fraude presos

A Polícia Federal deflagrou ontem a segunda fase da operação Rosa dos Ventos, que apurou crimes de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo sonegação fiscal em distribuidoras de combustível na região de Campinas. Foram cumpridos seis mandados de busca e apreensão e, até o fechamento desta edição, quatro pessoas haviam sido presas, em Campinas e São Paulo, entre eles, o auditor da Receita Luiz Fernando Celani. Ele é suspeito de trocar dados sigilosos do Fisco por viagem à Disney. Um dos investigados segue foragido.

O prejuízo ao Fisco é estimado em R\$ 5 bilhões em impostos sonegados e multas que deixaram de ser pagas pelos investigados e suas empresas. A segunda parte da investigação foi possível a partir da análise do material apreendido na primeira fase, quando policiais federais encontraram indícios de esquema de evasão de divisas, lavagem de dinheiro e corrupção de agente público, que inicialmente não haviam sido detectados.

A primeira fase da operação ocorreu em 15 de agosto de 2017, após a fiscalização da Receita Federal constatar sonegação fiscal em uma distribuidora de combustíveis de Paulínia/SP. Para blindar o patrimônio, os investigados criavam empresas de fachada em nome de laranjas em paraísos fiscais, para onde mandavam o dinheiro ilícito. Os investigados responderão pelos crimes de corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e contra a ordem tributária e podem pegar penas de dois a 12 anos de prisão e

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 16/08/2018**Seção:** Política**Autor:** Isadora Peron | De Brasília**Título:** Marina descarta venda da Petrobras, BB e CEF

Candidata à Presidência da República, Marina Silva (Rede) registrou em suas diretrizes programáticas enviadas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que, se eleita, não vai privatizar a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Ela se comprometeu, contudo, a analisar a situação da Eletrobras. "A

privatização não será tratada com posições dogmáticas. O Brasil possui 168 estatais que merecem ser analisadas, a partir dos critérios de custo para a sociedade, eficiência do serviço público, questões estratégicas para o Estado e a não fragilização de setores desfavorecidos", diz o documento.

Sobre a Eletrobras, o programa de Marina diz que a empresa "deverá modernizar suas estratégias a fim de incorporar as energias renováveis, mas suas distribuidoras certamente deverão passar para a iniciativa privada". A candidata do Rede também promete suspender o Refis - programa de parcelamento de dívidas tributárias - para, segundo ela, "combater as distorções e privilégios adquiridos".

Sobre a reforma da Previdência, a candidata propõe a definição de idade mínima para aposentadoria "com prazo de transição que não prejudique quem está prestes a se aposentar" e "um processo de transição para sistema misto de contribuição e capitalização, a ser implementado com responsabilidade do ponto de vista fiscal".

Ela também disse que vai criar "uma instância de governo" especialmente para o desenvolvimento de obras de infraestrutura. "Seu formato será o de uma agência técnica independente, composta por representantes do governo e da sociedade, em especial investidores e usuários, agentes de financiamento, fornecedores de máquinas e equipamentos, universidades e centros especializados." Na área do desenvolvimento sustentável, Marina defende uma "ampla reforma tributária", com a implantação do "Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)", que reuniria cinco tributos - PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS. Ela também diz que vai criar um novo imposto, chamado de "taxa de carbono", para compensar a emissão de gases na atmosfera.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/08/2018

Seção: Política

Autor: Cristian Klein | Do Rio

Título: Coordenador de programa tucano defende teto de gastos e critica desoneração do diesel

Coordenador do programa econômico de Geraldo Alckmin, candidato do PSDB ao Planalto, Persio Arida, defendeu a manutenção da regra do teto de gastos e criticou, em encontro com jovens e estudantes, ontem no Rio, a desoneração do óleo diesel feita pelo governo Michel Temer, que atendeu reivindicação dos caminhoneiros que paralisaram o país em maio.

"A solução foi a pior possível. O valor da desoneração é quase meio Bolsa Família, pare para pensar um pouco... E por que desonerou o diesel e não o GLP, que é o gás que as pessoas usam, o botijão? Por que privilegiou um e não o outro?", disse Arida, numa conversa informal para um grupo de pouco mais de 20 jovens - eram esperados 60 - além de assessores e tucanos em campanha, como o deputado federal Otavio Leite, presidente do PSDB fluminense, e o candidato a deputado estadual Pedro Duarte, representante da juventude do partido. O orçamento do Bolsa Família em 2018 foi de R\$ 27,8 bilhões.

O economista afirmou que a coincidência da valorização do dólar e do aumento do preço internacional do petróleo é um problema que costuma ser enfrentado seja por um sistema de mercado como nos Estados Unidos - onde uma refinaria pode abrir mão da margem de lucro para ganhar mercado e não repassar o aumento - ou pelo sistema de tributação flexível, praticado na Europa, pelo qual o imposto é reduzido quando se aumenta o preço do petróleo, e é elevado quando o preço cai. "Ou se tem um sistema competitivo ou um sistema qualquer em que os impostos sobem e descem para contrabalançar o efeito externo. O que não pode é não ter nada, que é o caso brasileiro, onde a Petrobras é monopolista. Ela tem o monopólio do refino, não é por lei, mas tem na prática", disse.

Arida criticou a saída adotada por Temer na greve dos caminhoneiros, mas defendeu o teto constitucional de gastos implementado pelo presidente da República. "Manter o teto de gastos é muito importante. Tem sido muito criticado, mas vamos olhar a realidade. O Brasil tinha despesas primárias de 11% do PIB. Está em 20%, que é gasto puro e simples, gasto que é mal feito, que não vai para população que de fato interessa, o Estado não funciona. Brecar o gasto é fundamental", disse.

O coordenador do programa econômico tucano afirmou que, "a rigor a gente nem precisaria ter teto, se fosse em outras circunstâncias". Citou São Paulo - de cujo governo Alckmin saiu para concorrer a presidente - como um Estado bem administrado, onde se "fez uma enorme redução de gastos públicos e não tem teto nenhum para manter as finanças em equilíbrio". "Mas isso aconteceu em São Paulo e o governo federal foi em outra trajetória. O teto tem que ser mantido. Se aumentar gastos à essa altura do campeonato vai agravar o problema", defendeu.

No início do mês passado, Persio Arida criticou o teto gastos: "Uma medida como essa para 20 anos não faz sentido, você não pode engessar os gastos, porque a economia é dinâmica", afirmou em evento em São Paulo, embora considerando a medida útil, num prazo de "dois ou três anos", para conter o desequilíbrio fiscal.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 16/08/2018**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaque

A Usiminas retomou as operações do alto-forno 3, o maior da usina de Ipatinga (MG), e dos laminadores de chapas grossas e de tiras a quente. Os equipamentos estavam paralisados desde o acidente na sexta-feira. "Com isso, todos os equipamentos produtivos da usina de Ipatinga voltaram à operação e estão retornando gradativamente ao seu nível normal de produção", informou a siderúrgica. A Usiminas comunicou também que colabora com as autoridades competentes para determinar as causas do acidente.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 16/08/2018**Seção:** Empresas**Autor:** Camila Maia, Rodrigo Polito e Vanessa Adachi | De São Paulo e do Rio**Título:** Elétricas preparam ida à bolsa após eleições

A depender do resultado das eleições em outubro, várias empresas de energia, com destaque para as distribuidoras, devem acessar o mercado de capitais entre novembro e o início do ano que vem. O principal objetivo é levantar recursos para financiar aquisições importantes, mas há também operações que devem servir para viabilizar a saída de sócios.

Neoenergia, Equatorial, Light, Energisa e AES Tietê estão entre as companhias que avaliam operações de capitalização ou venda de participações em bolsa, segundo pessoas ouvidas pelo **Valor**. Com o segmento de distribuição de energia sendo consolidado em quatro grupos no país - Enel, Iberdrola, Energisa e Equatorial -, o caminho natural será acessar o mercado para financiar esse movimento, avalia um banqueiro de investimentos.

A Equatorial Energia não teve problemas em fazer a aquisição, no fim de julho, da Cepisa, distribuidora até então gerida pela Eletrobras e concessionária do Piauí, em uma transação que deve exigir aporte de no mínimo R\$ 1 bilhão na

área de concessão. No caso de uma nova aquisição semelhante, porém, a companhia avalia acessar o mercado e fazer um aumento de capital.

"Se for mesmo uma aquisição grande, é difícil a gente não querer buscar colocar mais 'equity' na companhia", disse Eduardo Haiama, diretor financeiro e de relações com investidores da companhia, em teleconferência realizada na semana passada sobre os resultados do segundo trimestre. A companhia não descarta fazer uma oferta pelas distribuidoras da Eletrobras mesmo sem a aprovação de um projeto de lei visto como fundamental para viabilizar financeiramente as concessionárias, o que pode reforçar a necessidade de acessar o mercado para obter recursos.

Bancos têm sondado a Energisa com a mesma tese de que será preciso financiar novas aquisições via bolsa. A companhia, entretanto, ainda não teria tomado qualquer decisão nesse sentido, afirmou um executivo sob condição de anonimato. Diferentemente da Equatorial, a Energisa não pretende participar do leilão das distribuidoras da Eletrobras no Norte, se não tiver sido aprovado previamente no Senado o projeto de lei que equaciona problemas financeiros dessas empresas. De qualquer forma, a companhia continua analisando as empresas de forma individualizada.

Questionada sobre possibilidades de capitalização para fazer frente ao movimento de consolidação do mercado de distribuição de energia brasileiro, a Energisa não comentou o assunto.

A Neoenergia, controlada pela espanhola Iberdrola, com 52,45% das ações, não tem necessidade de recursos. Um eventual IPO, porém, voltou a ser considerado pela companhia recentemente, para dar saída à Previ e ao Banco do Brasil do capital da companhia. Ambos têm, respectivamente, 38,21% e 9,34% da empresa.

Neoenergia voltou a considerar o IPO para dar saída à Previ e ao Banco do Brasil do capital da companhia

No fim do ano passado, houve uma tentativa fracassada de levar a empresa à bolsa. Agora não há uma data prevista para a operação, que depende das condições de mercado, hoje consideradas impróprias por causa das incertezas relacionadas às eleições.

Em dezembro, a operação foi cancelada porque os investidores tentaram impor um grande desconto em relação ao pretendido pelos acionistas, que preferiram desistir. O Banco do Brasil era o principal vendedor na oferta, enquanto a Previ se desfaria de uma fatia menor.

A companhia já entrou em contato com bancos que devem assessorar a operação, sendo que alguns deles participaram da tentativa anterior. "Os controladores da companhia resolveram deixar toda a documentação pronta novamente, à espera de uma boa oportunidade", disse um executivo de banco.

O maior desafio, segundo interlocutores ouvidos pela reportagem, será convencer os investidores de que a Neoenergia tem uma alocação adequada de capital. A entrada da companhia no segmento de transmissão de energia, em dezembro, foi mal vista pelo mercado, uma vez que a empresa foi agressiva e aceitou taxas de retorno apertadas para vencer a disputa.

A imagem ficou mais prejudicada depois que a companhia protagonizou, com a italiana Enel, a briga pelo controle da Eletropaulo. A italiana venceu, com uma oferta de R\$ 45,22, contra R\$ 39,53 oferecidos pela espanhola. Os preços são ainda muito superiores ao patamar em que as ações da distribuidora estão sendo negociado desde então, próximo de R\$ 30 por ação.

Fora do setor de distribuição, AES Tietê é a principal candidata a uma capitalização para financiar aquisições

Enquanto o IPO da Neoenergia pode ajudar a Previ e o BB, uma operação em bolsa da Light pode ser a saída para a Cemig, que atualmente é a maior acionista da companhia, com 48,7% de seu capital. Em novembro, vencerá uma opção de venda exercida pelos bancos sócios da Light contra a estatal mineira, que precisará desembolsar R\$ 600 milhões na operação que a levará a ficar com 52% das ações.

A Light, porém, foi colocada à venda pela Cemig, que precisa de recursos para reduzir seu endividamento, e também quer a todo custo evitar a estatização da empresa carioca, que pode desencadear vencimento antecipado de dívidas e também uma potencial demanda de minoritários que defendem ter direito a 'tag along' com a mudança no controle. Se a empresa não conseguir sair da Light até novembro, a opção seria vender um percentual pequeno da empresa na bolsa, para evitar ficar com mais de 49,9% das ações.

O **Valor** apurou que a gestora GP Investments poderia ancorar a venda de ações da Light, em uma potencial parceria com outros fundos que possam compor um bloco de controle da companhia. Procurada, a GP não comentou. Segundo fontes, a companhia carioca já está contratando bancos para uma oferta subsequente, por precisar de recursos para suas próprias operações.

Fora do setor de distribuição, a principal candidata a acessar o mercado de capitais hoje é a geradora AES Tietê. O endividamento da companhia medido pela relação entre dívida líquida e Ebitda (sigla em inglês para resultado antes

de juros, impostos, depreciação e amortização) era de 2,1 vezes ao fim de junho, mas desembolsos previstos para o segundo semestre podem fazer com que o indicador vá para até 4 vezes. Como a companhia tem aquisições pela frente para cumprir suas metas de diversificar a geração de caixa até 2020, as apostas são de que será necessário um aumento de capital em breve. "Para crescer de maneira sustentada, a companhia precisa seguir trabalhando na compra de projetos operacionais. Isso demanda capital, sem sombra de dúvida", disse uma fonte com conhecimento direto da situação.

O comando da companhia, porém, ainda resiste à operação, principalmente porque a americana AES avalia que o preço atual das ações da geradora está aquém do seu potencial. O momento atual político do Brasil também adia essa decisão. "O cenário ainda é de muita incerteza", disse a fonte. **(Colaborou Maria Luiza Filgueiras)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/08/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, Cláudia Schüffner e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: Eletrobras mantém leilão de distribuidoras

A Eletrobras decidiu manter o leilão de privatização de quatro distribuidoras para 30 de agosto, mesmo sem a aprovação pelo Senado de um projeto de lei (PL) que viabiliza financeiramente a operação das concessionárias no futuro.

Em entrevista coletiva concedida ontem sobre os resultados do segundo trimestre, o presidente da estatal, Wilson Ferreira Junior, disse esperar que as quatro distribuidoras do Norte sejam leiloadas no fim do mês. "São boas companhias. Temos boas perspectivas", disse o executivo.

O projeto de lei não seria fundamental para as distribuidoras, mas para que a Eletrobras possa reconhecer alguns créditos assumidos das concessionárias pela holding, explicou o executivo. Por isso, a não aprovação no Senado não interferiria no valor das distribuidoras para potenciais compradores.

Questionado sobre declarações de potenciais compradores de que o PL é fundamental para a atratividade das concessionárias, Ferreira Junior afirmou: "Isso tem que ser perguntado a eles."

A venda das distribuidoras do Norte estava prevista para 26 de julho, mas o governo decidiu dividir o certame em dois, justamente porque o Senado não teve tempo para apreciar o projeto de lei antes do recesso de julho. Foi mantida

apenas a venda da Cepisa, distribuidora do Piauí, considerada a menos problemática das empresas à venda. A expectativa, na época, era de que o Senado votaria o PL no retorno do recesso, em agosto, mas as lideranças decidiram adiar a votação para depois das eleições, em outubro.

A distribuidora piauiense foi comprada pela Equatorial, única habilitada para o leilão. A venda bem-sucedida da companhia ajudou a reforçar a orientação do conselho de administração da Eletrobras feita aos acionistas para uma assembleia realizada em 30 de julho, na qual decidiu-se adiar o prazo de "designação" das concessionárias até o fim do ano.

Desde julho de 2016, quando a Eletrobras decidiu devolver as suas distribuidoras de energia para a União, a companhia faz a gestão das concessionárias em nome do poder concedente de forma "designada", enquanto a privatização não sai do papel. O prazo terminaria em julho, mas foi adiado para 31 de dezembro pelos atrasos na realização do certame.

A próxima data importante para a companhia será 23 de agosto, quando estão previstos os aportes de garantias dos interessados nas distribuidoras. Segundo Ferreira Junior, se houver depósito de garantia para uma ou duas distribuidoras, por exemplo, o leilão dessas será mantido, enquanto a licitação das que não tiverem interessados será cancelada.

Serão licitadas as distribuidoras Amazonas Energia, Boa Vista (Roraima), Ceron (Rondônia) e Eletroacre. Ficarão pendente apenas a venda da Ceal, do Alagoas, suspensa por uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) no contexto de uma disputa entre o governo alagoano e a União.

Ao fim de junho, a Eletrobras atingiu alavancagem medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda (sigla em inglês para resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de 3,4 vezes, se aproximando da meta de atingir um índice de 3 vezes até o fim do ano. Segundo Ferreira Junior, a meta será atingida mesmo sem a venda das distribuidoras, com a ajuda da venda de participações em sociedades de propósito específico (SPEs), que serão objeto de leilão em 27 de setembro.

"O endividamento da Eletrobras começou a chegar em um nível de estabilidade. Não tenho dúvidas de que a privatização das distribuidoras e a venda das SPEs vão contribuir de forma definitiva para que cheguemos a um nível saudável de alavancagem para uma empresa do porte da Eletrobras", disse o presidente da estatal.

O preço mínimo fixado para as participações nas 71 SPEs à venda é de R\$ 3,1 bilhões. De acordo com o presidente da Eletrobras, uma liminar também do

Supremo que veta venda de estatais sem aval legislativo não pode barrar o leilão das participações, mesmo nos casos em que a estatal é sócia majoritária dos ativos. "O entendimento que a companhia tem é que, considerando a lei de criação da Eletrobras e os poderes concedidos a ela, a empresa pode criar subsidiárias e também pode vendê-las."

Além de possibilitar a redução da alavancagem, a venda dos ativos é fundamental para garantir que a Eletrobras volte a investir. "Só isso garante a perspectiva que temos de concluir projetos em atraso", disse o executivo. "Estamos agora realmente vivendo quase que a virada de página da Eletrobras. O próximo trimestre será determinante", completou.

Outro entrave para a recuperação da companhia pode ser resolvido em breve. O presidente da Eletrobras disse esperar que a retomada das obras de Angra 3 seja decidida em conjunto com o governo até o fim de setembro.

Ele destacou que há um grupo de trabalho entre a empresa e o **Ministério de Minas e Energia (MME)** discutindo o assunto agora, e que a termonuclear, cujas obras estão paradas, teria a tarifa de energia térmica mais baixa do país. A Eletronuclear, concessionária da usina e controlada da Eletrobras, está atuando junto do grupo de trabalho em busca de uma solução.

"A retomada da usina vai além do benefício de salvar o investimento já feito na usina, é uma atitude importante para o país", disse Ferreira Junior.

O governo chegou a propor, por meio da MP 814 (que caducou em junho), a elevação da energia de Angra 3 para viabilizar a obra. A tarifa da usina, hoje de R\$ 240/MWh, precisaria subir para cerca de R\$ 400/MWh para que o projeto possa se financiar. Estima-se que a retomada da construção da obra, hoje com 67% de conclusão, custe R\$ 17 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/08/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Estatal muda indicação de diretor

O governo e a Eletrobras mudaram a estratégia com relação à indicação para a diretoria de Distribuição da estatal elétrica e agora cogitam o nome de Leonardo Lins Albuquerque, ex-presidente da Celg Distribuição (Celg D) e ex-diretor da Light, para o cargo. Conforme antecipado ontem pelo **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, o nome de Lins foi indicado e

está sendo analisado pelo comitê de elegibilidade da estatal, segundo duas fontes com conhecimento do assunto.

Um dos primeiros nomes indicados para o cargo havia sido o de Gustavo de Marchi, consultor da FGV Energia e advogado especializado no setor elétrico. Sua indicação, no entanto, não avançou porque ele presta serviços à estatal no imbróglio jurídico entre as distribuidoras da companhia e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sobre o ressarcimento de recursos de fundos setoriais

Engenheiro eletricitista, Lins é assessor da própria diretoria de Distribuição da estatal, desde 2015. Ele foi diretor de Engenharia e Construção da Chesf entre 1992 e 2003. Foi também diretor de Energia e Meio Ambiente da Light entre 2006 e 2008, e diretor de Planejamento e Expansão das distribuidoras da Eletrobras de 2008 a 2011.

Caso aprovado pelo conselho de administração da Eletrobras, Lins substituirá Luiz Henrique Hamann, que assumiu a presidência da Eletronorte.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/08/2018

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Anglo conclui inspeção do Minas-Rio

A Anglo American terminou a análise do mineroduto que liga seu empreendimento de minério de ferro em Conceição do Mato Dentro (MG) ao porto do Açú, em São João da Barra (RJ), o sistema Minas-Rio. O procedimento foi necessário depois que dois vazamentos da tubulação em Santo Antônio da Gramma (MG) levaram à parada das operações do Minas-Rio.

Agora, a empresa aguarda o relatório final da consultoria contratada com esse objetivo para saber com precisão as causas do acidente e buscar a resolução junto aos órgãos reguladores para retomar a mina. Todo o processo de análise levou cerca de dois meses e os relatórios devem chegar dentro de um mês a um mês e meio, segundo Ruben Fernandes, presidente da companhia no Brasil.

Mesmo sem saber o resultado da inspeção, a Anglo já decidiu trocar ao menos 4 quilômetros do mineroduto, dos 529 quilômetros que a estrutura possui, exatamente na região em que ocorreu o vazamento da polpa de minério. Para tal, a empresa requisitou licença, que pode ser concedida "nos próximos dias", segundo o executivo.

Em paralelo, explicou Fernandes durante evento do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) realizado ontem na Fundação FHC, a expansão do Minas-Rio segue em curso. O projeto está entrando na fase 3 e mesmo com a parada das operações, o grupo não deixou de fazer a construção de infraestrutura necessária.

A nova etapa do Minas-Rio custará cerca de R\$ 1 bilhão ao longo de cinco anos de investimento e deve elevar a capacidade instalada da mina dos atuais 17 milhões de toneladas por ano para 26,5 milhões de toneladas.

No evento do Ibram, Tito Martins, presidente da Nexa Resources (ex-Votorantim Metais) também conversou com a imprensa e contou que a expectativa é de obter a licença de instalação para o projeto Aripuanã (MT), de zinco, chumbo e cobre, em dois a três meses.

Para Martins, dois pontos jogaram a favor do processo de licenciamento ambiental. Em primeiro lugar, o trabalho que a Nexa tem se comprometido a fazer com as comunidades do entorno, de desenvolvimento econômico-social. O outro, o fato de escolher a tecnologia de armazenar rejeitos a seco.

"Queremos ser uma empresa confiável e inteligente, e qualquer mineradora para progredir atualmente precisa pensar nessas questões", disse no evento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/08/2018

Seção: Agronegócios

Autor: Fernando Lopes e Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Precatórios do IAA transformam-se em receitas reais para usinas do país

Navegando em águas turbulentas nos últimos anos e tendo pela frente um horizonte ainda nebuloso, cada vez mais usinas sucroalcooleiras do país, algumas bastante endividadas, começarão a receber nos próximos anos indenizações expressivas referentes a perdas do passado derivadas de uma fracassada política de controle de preços que vigorou no país nas décadas de 1970 e 1980.

Algumas companhias já receberam nos últimos oito anos indenizações após entrarem na Justiça, mas o leque de usinas deve crescer após decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF) em ação movida pela Copersucar - processo que envolve a maior indenização no setor nesse caso. Diante dessa vitória,

muitos grupos, inclusive de capital aberto, começam a incorporar receitas futuras derivadas dessa decisão judicial em seus balanços.

A decisão do STF estabeleceu que a Copersucar tem R\$ 5,6 bilhões a receber parceladamente a partir deste ano - valor que será rateado entre as usinas que eram cooperadas em 1990. O valor foi depositado em juízo e aguarda posição da União, cujo prazo para manifestação é semana que vem, segundo o advogado Hamilton Dias de Souza, que representa a cooperativa.

Há mais um pleito da cooperativa, de R\$ 12,8 bilhões, em discussão na Justiça. Para o advogado Gabriel Buscarini Leutewiler, do escritório Santos Neto, somadas outras ações que ainda podem surgir movidas pelas empresas que eram associadas à Copersucar, o valor a ser pago às usinas pode alcançar cerca de R\$ 30 bilhões. Dias de Souza preferiu não fazer estimativa.

"Todas as empresas que tiveram prejuízos com o tabelamento do IAA estão reclamando seus direitos. Existe uma avalanche de ações na Justiça", lembrou Leutewiler. "Como o STF reconheceu a legitimidade dos precatórios do IAA, estabeleceu-se inclusive um mercado para esses precatórios que atraiu a atenção de muitos bancos de investimentos".

Criado pelo presidente Getúlio Vargas em 1933, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) definiu diretrizes para o segmento até 1990, quando foi extinto pelo governo de Fernando Collor de Mello em meio a acusações de incompetência, corrupção e muitas críticas do setor privado.

Conforme o advogado do Santos Neto, que representa algumas usinas associadas da Copersucar em processos em curso, os precatórios reconhecidos pela Justiça tendem a ser pagos em um período de três a sete anos. "Não são títulos públicos, mas [uma vez reconhecidos pela Justiça] têm pagamento garantido".

O montante exato dos precatórios garantidos pela Copersucar que deve virar caixa para as usinas deve ser menor que o valor a que têm direito. Por ser cooperativa, a Copersucar questionou a Receita Federal para saber se precisará recolher impostos sobre esse recurso, mas ainda não obteve resposta. De qualquer forma, ao menos parcela desses precatórios é considerada pelas ex-cooperadas como receita provável.

A Raízen Energia, dona de uma das usinas que no passado era associada à Copersucar, já reconheceu em seu balanço do primeiro trimestre da safra 2018/19 (abril a junho), R\$ 75,406 milhões em "crédito de ações indenizatórias" na rubrica de "outras receitas operacionais líquidas". Trata-se de um valor

relevante, dado que a companhia encerrou o intervalo com lucro líquido de R\$ 4,1 milhões.

No fim do ano passado, a Cosan, que detém 50% da Raízen Energia, vendeu seus direitos creditórios referentes a precatórios do IAA para duas gestoras de recursos, a Jus Capital e a Farallon Latin America Investimentos. A soma dos direitos, de R\$ 3,5 bilhões, foi vendida por R\$ 1,3 bilhão, acrescida de um percentual fixo atrelado ao prazo do efetivo recebimento dos direitos cedidos.

O Grupo São Martinho, que assumiu usina antes associada à Copersucar, fez referência a um crédito a receber em seu balanço, mas ainda não o reconheceu como receita. A companhia, que afirma ter a receber R\$ 730,5 milhões do valor já depositado em juízo, classificou a indenização como "crédito provável, mas não sob seu controle".

Embora o recebimento desse montante em seu caixa dependa da liberação dos recursos para a Copersucar, a companhia avalia que o quinhão ao qual tem direito pode se tornar caixa até o fim de setembro, disse o diretor financeiro Felipe Vicchiato em teleconferência com analistas.

Associada à Copersucar, a Zilor também mencionou em seu balanço da safra 201/18 que deve receber sua parcela na indenização de R\$ 5,6 bilhões, mas não revelou a fatia à qual teria direito, apenas citando um "crédito provável, mas não praticamente certo".

O **Valor** apurou que também há usinas que têm usado os precatórios como garantia em negociações de empréstimos. O Grupo Virgolino de Oliveira (GVO), por exemplo, pretende utilizá-los como remuneração adicional em uma emissão de US\$ 200 milhões em bonds, que serão oferecidos aos atuais bondholders que detêm US\$ 1,8 bilhão em títulos da companhia. Procurada, a empresa preferiu não comentar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/08/2018

Seção: Finanças

Autor: Silvia Rosa | De São Paulo

Título: Renegociação de Santo Antônio com BNDES beneficia detentor de debênture

Endividada e com um prejuízo de R\$ 726,1 milhões no primeiro semestre, a Santo Antônio Energia, responsável pela usina hidrelétrica construída no Rio Madeira (RO), está próxima de ganhar um fôlego financeiro.

No dia 13 de agosto, os detentores das debêntures da companhia aprovaram aditivos às condições previstas nos papéis em função da proposta da empresa de refinanciamento do crédito com o BNDES e os bancos repassadores. A dívida com os bancos somava ao fim de junho R\$ 9,885 bilhões, equivalente a 66% do endividamento total, que era de R\$ 14,973 bilhões.

Entre os termos propostos pela Santo Antônio Energia para o reperfilamento da dívida com o BNDES, estão a alteração da indexação da dívida de TJLP para TLP (Taxa de Longo Prazo), com spread adicional de 1,5% para o BNDES e 1,4% para o banco repassador sobre a taxa atual vigente, além da extensão dos prazos de pagamento de 2034 para setembro de 2040. Hoje a remuneração do crédito direto com o BNDES é de TJLP mais spread de 2,40% e com os bancos repassadores, de TJLP mais 3,30%.

A repactuação da dívida ainda contaria com carência total de pagamento de juros para o segundo semestre de 2018 e parcial até 2025, com a quitação do principal só acontecendo a partir de 2025.

Para isso, a empresa terá que estender as garantias corporativas do projeto até o vencimento da dívida, inclusive para as debêntures.

Segundo o **Valor** apurou, as condições da repactuação da dívida já foram acordadas e falta apenas a formalização por parte do BNDES.

O refinanciamento do crédito com o BNDES, segundo a Fitch Ratings, deve ser positiva, para as debêntures da empresa. Em 10 de agosto, a agência de classificação de risco colocou a 3ª emissão de debêntures da empresa em perspectiva positiva. A Santo Antônio tinha em junho R\$ 4,512 bilhões em debêntures, distribuídas entre investidores institucionais e pessoas físicas.

O reperfilamento da dívida com o BNDES buscou aliviar o fluxo de caixa nos próximos anos e, segundo a empresa, não resultará em qualquer alteração nas datas de pagamento ou remuneração das debêntures.

Os detentores dos papéis ainda aprovaram a descontratação de 168 MW médios de energia para o ano 2019 e a obrigação anual de descontratar e/ou comprar energia no volume de até 200 MW médios a partir de 2020, visando reduzir a exposição ao risco hidrológico, condição prevista na renegociação da dívida com o BNDES.

A companhia tem enfrentado impacto financeiro com aumento do risco hidrológico, medido pelo GSF (sigla em inglês para Generation Scaling Factor). O mecanismo mede a diferença entre a energia vendida pelas hidrelétricas em relação ao que foi realmente gerado. Devido ao período seco, as hidrelétricas foram obrigadas a reduzir a geração e a comprar energia no mercado para

cobrir a exposição. Com o aumento dos preços da energia no mercado à vista, esse custo aumentou e ficou acima do faturamento obtido pelas usinas com a venda de energia. "Com a desconstratação, a empresa não vai precisar pagar uma penalidade pela energia que não está sendo entregue pelo sistema", diz Bruno Pahl, da Fitch Ratings.

Os detentores das debêntures ainda concordaram com a não manutenção do índice de capitalização (patrimônio líquido/ativo total) de no mínimo 25% até o 2021 em função do risco hidrológico.

O analista da Fitch destaca que a troca do indexador da dívida bancária para TLP é positivo, uma vez que o fato de estar atrelada a TJLP provocava um descasamento entre a receita e o custo da dívida. Pahl afirma que ainda não é possível saber se o custo total da dívida vai subir por conta do aumento do spread porque vai depender de como a TJLP estará no longo prazo.

O projeto tem como acionistas Furnas Centrais Elétricas, Odebrecht Energia do Brasil, Cemig Geração e Transmissão, SAAG Investimentos, que tem como acionista principal a Andrade Gutierrez e Caixa FIP Amazônia Energia. Os sócios estavam negociando a venda da participação no empreendimento.

Os investimentos no projeto da usina hidrelétrica de Santo Antônio acabaram ficando quase o dobro do inicialmente previsto e custaram R\$ 20 bilhões. A usina é investigada pela Operação Lava-Jato.

A usina foi leiloada em 2007, com concessão de 35 anos, e o financiamento do BNDES foi aprovado em 2008, e era composto por 50% de um crédito direto do BNDES e o restante por meio dos agentes financeiros (Santander, Bradesco, Unibanco [hoje Itáu Unibanco], BES Investimento [hoje Haitong], Caixa, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia).

Procurada, a Santo Antônio Energia confirma a existência de negociações em andamento com o BNDES, mas somente se manifestará, por meio de comunicado ao mercado, quando as tratativas estiverem concluídas. O BNDES afirmou que não comenta negociações em andamento.

MME / ASCOM .